

# Problemas na área da deficiência auditiva

## Alternativas de solução

Lia Marques Jordão\*

Questões relevantes para a integração de pessoas portadoras de deficiência, têm raízes nas condições de vida de grande parte da população, determinadas pelas distorções da estrutura sócio-econômica da sociedade brasileira e pelo iníquo perfil da distribuição de renda vigente. Numa tal situação, fermentam os fatores de geração e agravamento de deficiências.

(Programação de Ação Governamental, Diretrizes Sociais Cap. 3, 1987/91).

A primeira instituição que se ocupou da educação de surdos no Brasil, foi o INSTITUTO DOS SURDOS-MUDOS criado pela LEI nº 939 de 26 de setembro de 1857.

Em 1957, através do Decreto-Lei 200, passou a chamar-se INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Única instituição oficial a receber alunos de todo o Brasil e de países da América Latina teve assegurada "**autonomia limitada**" pelo Decreto número 93.613, de 21 de novembro de 1986.

Não há distinções essenciais entre Educação Geral e Especial. Ambas possuem os mesmos objetivos estabelecidos por Lei 5692/71. Entretanto, não devemos mais analisar e planejar sobre a Educação Geral, ignorando a Educação Especial. Esta, apresenta-se como um aspecto do sistema regular de ensino, sendo que o grande esforço para a criação de uma consciência nacional sobre o problema, deve-se mais a iniciativas individuais de grupos comunitários, de especialistas e da rede particular de ensino do que propriamente do governo.

Analisando os aspectos legais que incentivaram e apoiaram a Educação Especial, notam-se ações isoladas e fragmentadas e sua ausência como área definida

de atuação no âmbito de POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Os Planos Nacionais de Educação ao longo do período de 1964 a 1985, na verdade, refletiram o primado da busca de um crescimento econômico em detrimento do social, o que gerou reflexos danosos para a Educação em seu todo. Resultou daí a "**dívida social brasileira**" e perdeu-se o lastro social que embasaria o desenvolvimento econômico harmônico e justo.

A prioridade atribuída em alguns planos apresentados a seguir, deve ser analisada, não só pelo volume de recursos aplicados, já que é fundamental obter novas fontes de financiamento, mas, também, na busca de ações integradas entre os órgãos educacionais e assistenciais.

Segue-se uma breve resenha histórica.

- 1951 — Instalação dos Cursos de Especialização para Formação de Professores, no Instituto Nacional de Educação de Surdos. Expansão e divulgação da educação de deficientes auditivos.
- 1962 — I Plano Nacional de Educação — normas para distribuição de verbas para a educação primária, média e a superior.
- 1965 — Garantia de 5% dos recursos da Educação Primária serem destinados ao Ensino Especial.
- 1972 — Elaboração do Plano Setorial de Educação e Cultura tendo como diretrizes básicas da

\*Lia Marques Jordão é Professora Especializada, Psicóloga e Diretora do DEPE-INES.



### Educação Especial a INTEGRAÇÃO e RACIONALIZAÇÃO.

São definidas duas linhas de programação: Apoio Técnico para que se ministre Educação Especial e Expansão das oportunidades de atendimento educacional aos excepcionais.

A iniciativa privada assume responsabilidade efetiva no atendimento aos excepcionais.

1973 — Criação do CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, dando oportunidade para que a Educação Especial possa ser representada administrativamente.

1975 — Implantação do Serviço de EDUCAÇÃO PRECOCE no INES.

1977 — Elaboração do I PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL para o triênio 77/79, contendo as seguintes ações: Ação Otimizadora, Ação de Extensão ao Acesso à Educação, Ação Preventiva, Ação de Aperfeiçoamento, Ação Co. firmada.

Estas "diretrizes norteadoras" inspiravam a participação dos sistemas federais, estaduais e municipais para atendimento dos excepcionais no sistema regular de Ensino.

1981 — Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou, oficialmente, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e o Brasil, atento às suas recomendações, estabeleceu um Plano de Ação, com objetivos que deveriam ser desenvolvidos ao longo da década de 80, a curto, médio e longo prazos:

*Conscientização, Prevenção, Educação, Reabilitação, Capacitação Profissional e Acesso ao Trabalho, Remoção de Barreiras Arquitetônicas e Legislação.*

1985 — Elaboração do Plano intitulado EDUCAÇÃO ESPECIAL — NOVA PROPOSTA, que busca a redefinição de políticas em Educação Especial, preconizando cinco princípios norteadores: Participação, Integração, Normalização, Interiorização e Simplificação.

1986 — Transformação do CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, em Secretaria de Educação Especial, como órgão central, de direção superior, do Ministério da Educação.

- instituição do Fundo Especial para Deficientes da Audição (FUNDAU)
- instituição da COORDENADORIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA

PORTADORA DA DEFICIÊNCIA — CORDE, com atribuição de coordenar e assegurar pleno exercício de seus direitos básicos e integração social à pessoa portadora de deficiência.

- elaboração de um Plano Nacional, com o objetivo de implantar uma política nacional de integração.

1988 — A Constituição promulgada em 5 outubro de 1988, registra os seguintes preceitos:

#### Cap. II

- Art. 227 — criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho, convivência e facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

#### Cap. III

- Art. 208 — atendimento especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Secretaria de Ensino Básico — SEB/MEC — em recente estudo aplica os preceitos constitucionais ao determinar:

- a substituição do termo "excepcional" por "pessoas portadoras de necessidades especiais"
- a descaracterização da deficiência, como restrição para que as pessoas portadoras de necessidades especiais participem dos diversos segmentos da sociedade.
- reconhecimento das potencialidades dessas pessoas, permitindo e possibilitando que ocupem seus lugares na sociedade.
- o atendimento em creche e pré-escola a crianças de 0 a 6 anos de idade (art. 208, IV); obrigatoriamente no ensino a crianças de 7 a 14 anos e erradicação do analfabetismo (art. 60 — das Disposições Transitórias) até 1989.

1990 — Transformação da Secretaria de Educação Especial — SESPE em Coordenação de Educação Especial, vinculada à Secretaria Nacional de Ensino Básico.

Na área da Deficiência Auditiva, o problema torna-se mais complexo, sendo indispensável levantar as questões cruciais presentes atualmente no Brasil. Para melhor compreensão do problema, propõe-se uma esquematização dos principais obstáculos, elegendo-se como básico, o Diagnóstico Precoce e o correspon-



dente Atendimento Precoce, bem como a formação de recursos humanos, priorizando a prevenção.

## Diagnóstico Precoce

A frase "quanto mais cedo for diagnosticada a deficiência auditiva, mais fácil será diminuir ou evitar suas conseqüências no desenvolvimento emocional, intelectual e social da criança", é citada em todos os documentos que se referem a assuntos relativos à surdez. Contudo, a compreensão do que isto representa só adquire valor e expressão entre os profissionais da área, pois os resultados de diagnósticos tardios são sentidos no primeiro momento pelos pais e profissionais e, mais tarde, de forma bastante peculiar ou dolorosa, pelo próprio surdo.

A detecção precoce, baseada em técnicas de avaliação em crianças pequenas, observa suas reações comportamentais em resposta ao som. São técnicas relativamente simples e podem ser usadas como instrumento de rastreamento por pessoas acostumadas a lidar com crianças (Psicólogos, Assistentes Sociais, Neurologistas) desde que devidamente preparados para a ação. O caráter multi e interdisciplinar desta avaliação, que conta com a participação de especialistas como o otorrinolaringologista, o fonoaudiólogo, o neonatologista, o obstetra, o professor especializado e o pediatra, possibilita uma investigação básica, como forma de triagem das crianças a serem enviadas para um atendimento especializado.

O diagnóstico tardio e o conseqüente atendimento tem seu argumento mais forte no prejuízo da aquisição da linguagem pelo deficiente auditivo. É a linguagem uma ferramenta, capaz não só de comunicar como de codificar a realidade, utilizando regras convencionais, porém apropriadas, que nos permitem tanto representar a "realidade como transformá-la". É a barreira "comunicação", não realizada integralmente, que interfere, de forma global, no desenvolvimento do surdo. É o uso desta linguagem, adquirida pelo ser humano no período de zero a três anos, que vai determinar e influenciar seu processo de vida. Entende-se que não nos restringimos somente à linguagem oral, mas à aceitação de outras linguagens que permitam a sua participação efetiva na sociedade.

Outro aspecto importante do diagnóstico é o conhecimento de dados e informações que permitam planejar um atendimento direcionado, levando-se em consideração o grau de perda auditiva, as condições individuais, emocionais, intelectuais e sócio-culturais do deficiente auditivo.

A importância deste diagnóstico realizado o mais

precoce possível, propicia a indicação de um atendimento especializado que além de despertar na criança o interesse pelo mundo, aguçando sua curiosidade, facilita a comunicação entre pais e filhos, diminui o tempo de escolaridade, melhorando o desempenho escolar.

## Formação de recursos humanos

Analisando objetivamente a formação de recursos humanos em Educação Especial, na área da deficiência auditiva, encontramos cursos isolados de nível médio, pós-graduação e mestrado. Insuficientes, em termos qualitativos e quantitativos, para o universo de dois milhões de surdos, a grande concentração de docentes e técnicos especializados está nos grandes centros do Sudeste. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mesmo os grandes centros carecem de recursos humanos qualificados.

O atendimento especializado é realizado em instituições, escolas especiais, classes especiais, classes regulares, salas de recursos e, eventualmente, em clínicas.

Para a realização deste trabalho, além da preparação dos professores, é necessária a atuação da equipe multi e interdisciplinar, com vistas à organização de um plano de atendimento que melhor se adapte às condições do surdo. Para garantir a eficácia destas equipes há, também, necessidade de cursos de especialização para os profissionais das áreas da Psicologia, Assistência Social, Medicina, Fonoaudiologia e Pedagogia, que nelas atuam ou irão atuar.

Não há disciplinas relativas à Educação Especial nos Cursos de 2º e 3º Graus. De forma geral, os profissionais saem das escolas de formação de professores sem qualquer embasamento ou conhecimento do trabalho junto ao deficiente. A longo prazo, seria importante estimular a inclusão de estudos sobre as deficiências nos Cursos, determinados em programas de formação de pediatras otorrinos e demais profissionais da área.

Há razões fundamentais para investimentos em Educação Especial, mesmo considerando a alta relação custo-benefício para a formação especializada de docentes e técnicos, aquisição e instalação de equipamentos especializados incluindo a protetização, pois representam medida de economia, uma vez que, desenvolvendo suas potencialidades os deficientes podem integrar a força de trabalho da nação e não se constituírem em um peso para a sociedade, devido a sua falta de produtividade.



Apresentamos um levantamento das dificuldades na área da deficiência auditiva para estimular uma reflexão crítica sobre as possíveis alternativas de solução.

| SITUAÇÃO PROBLEMA  | AÇÕES PROPOSTAS  |
|--|--|
| 1. Grande desinformação, por parte do governo e da sociedade   | <b>AÇÕES PREVENTIVAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>● campanha de esclarecimento voltadas para a conscientização de autoridades municipais, estaduais, federais e da sociedade em geral</li> </ul>   |
| 2. Número expressivo de surdos (cerca de dois milhões no Brasil)* como conseqüência da rubéola materna, doenças infecto-contagiosas, uso de medicação ototóxica, etc.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>● campanha de erradicação da rubéola materna</li> <li>● campanha de prevenção e esclarecimento à comunidade sobre causas pré, peri e pós natais, etiologia de doenças infecto-contagiosas e ototóxicas</li> </ul>   |
| 3. Diagnóstico tardio interferindo no desenvolvimento global do indivíduo e na aquisição da linguagem<br><br>Ausência de programas de aconselhamento genético  | <ul style="list-style-type: none"> <li>● detecção precoce, com caráter multi e interdisciplinar</li> <li>● desenvolvimento de projetos de investigação básica, com técnicas simples e viáveis, dentro da realidade brasileira, atendendo à criança nos primeiros meses de vida</li> <li>● rastreamento em maternidades, hospitais e outras entidades, em mães de bebês de alto risco, possibilitando o diagnóstico e o atendimento precoce</li> <li>● organização de programas de aconselhamento genético</li> </ul> |
| 4. Insuficiência de pré-escola e atendimento precoce, enfatizando, em todas as metodologias, a necessidade de se aproveitar a audição residual, nos primeiros anos de vida, para a aprendizagem da linguagem   | <ul style="list-style-type: none"> <li>● implantação e expansão de núcleos destinados à Educação Precoce, em escolas, postos, etc., com ênfase na orientação aos pais, evitando-se prejuízos no desenvolvimento lingüístico e global das crianças na faixa etária de 0 a 7 anos</li> </ul>   |
| 5. Atendimento de 1º e 2º graus <ul style="list-style-type: none"> <li>● número expressivo de deficientes auditivos que, por fatores decorrentes da educação tardia, têm seu desempenho escolar alongado e prejudicado</li> <li>● número insuficiente de escolas preparadas para atender ao deficiente auditivo</li> <li>● atendimento escolar de adultos</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● implantação e expansão de classes especiais, classes regulares com sala de recursos</li> <li>● aceleração do processo de integração do deficiente auditivo, no sistema regular de ensino</li> <li>● apoio técnico a estabelecimentos particulares de ensino comum, com a finalidade de maior colaboração no atendimento ao deficiente auditivo</li> <li>● medidas educacionais especializadas e esclarecimentos sobre o ambiente adequado para a aprendizagem</li> </ul>    |
| 6. Profissionalização <ul style="list-style-type: none"> <li>● nível de profissionalização inadequado ao mercado de trabalho</li> <li>● resistência das empresas em aceitar o deficiente auditivo, causada pela desinformação de seu potencial</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>● organização de programas de profissionalização, incorporando novos recursos tecnológicos</li> <li>● conscientizar a comunidade empresarial, quanto ao potencial e aproveitamento do deficiente auditivo no mercado de trabalho</li> </ul>   |

(\*) SEPLAN — Programa de Ação Governamental, Brasília — 1987/1991



## SITUAÇÃO PROBLEMA

## AÇÕES PROPOSTAS

### 7. Formação de Recursos Humanos

- docentes — cursos de especialização e de pós-graduação
- técnicos — ausência de profissionais que componham as equipes inter e multidisciplinares
- ausência de profissionais que interpretem linguagem de sinais

- incentivo à organização de cursos de aperfeiçoamento, nas diversas regiões do país
- cursos de reciclagem e desenvolvimento de projetos de ensino à distância
- inclusão, nos currículos universitários e escolas de formação, de disciplinas sobre as diversas deficiências
- especialização dos profissionais das áreas da Psicologia, Pedagogia, Medicina, Fonoaudiologia, Assistência Social e Lingüística
- Cursos para formação de intérpretes

### 8. Tecnologia aplicada ao deficiente auditivo

- dificuldade de aquisição e adaptação de aparelho de amplificação (AASI), pelo seu alto custo, pela burocracia na sua concessão, através do sistema previdenciário
- ausência de aparelhos destinados a facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes (telefones TDD, computadores, etc.)
- salas de aula sem aparelhagem para estimulação auditiva e isolamento acústico
- salas de aula aparelhadas, sem condição de uso, por falta de manutenção e/ou desconhecimento de seu manuseio

- a organização de Bancos de Próteses, através de incentivos, tais como desconto no Imposto de Renda, facilitando as doações
- incentivo à pesquisa sobre esses equipamentos auxiliares, para que sua fabricação no Brasil, elimine a necessidade de importação
- salas adequadas, com equipamento especializado
- destinação de verbas visando a manutenção da aparelhagem e treinamento de profissionais para garantir essa manutenção

### 9. Adequação de currículos

- carência de propostas curriculares adaptadas ao deficiente auditivo, que apresentem variações no ritmo de aprendizagem e dificuldades de conceituação
- carência de propostas curriculares adaptadas a alunos portadores de múltiplas deficiências

- promover a elaboração de propostas curriculares especiais, com dosagem e conteúdo adequados e programas de competência social
- currículos especiais para múltiplas deficiências (DA-DM) (DA-DF) (DA-DV)

### 10. Linguagem Sinalizada e Comunicação

- limitação da comunicação do deficiente auditivo, com prejuízo da compreensão e do acesso à informação devida ao aprendizado de uma língua oral falada pela comunidade de ouvintes.
- preconceito em relação às formas de comunicação entre os surdos

- utilização da Linguagem Sinalizada para aqueles surdos que não tenham condições de oralização
- incentivo a estudos e pesquisas na área da Lingüística
- respeito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), documentando-a e incluindo-a na educação do surdo

### 11. Pesquisa

- inexistência de um plano de estudo e pesquisas, na área da deficiência auditiva
- carência de dados e informações sobre os estudos e pesquisas existentes
- estatísticas que configurem e dimensionem a clientela

- incentivo à pesquisa e aos estudos audiológicos fonoaudiológicos eletrônicos psicológicos sociais
- realização do censo das pessoas portadoras de deficiência



| SITUAÇÃO PROBLEMA  | AÇÕES PROPOSTAS   |
|--|---|
| <p>12. Publicações específicas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● carência de bibliografia especializada brasileira</li> <li>● carência de material escolar e didático</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>● incentivo a publicações específicas e programas de elaboração de material didático, através de ações conjugadas com outros órgãos, inclusive internacionais</li> </ul>   |
| <p>13. Integração no Sistema Regular de Ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● início tardio do atendimento</li> <li>● dificuldade quanto à adaptação e à utilização de alternativas educacionais</li> <li>● desequilíbrio, em termos geográficos, limitando as oportunidades educacionais</li> <li>● espaço físico inadequado</li> <li>● número insignificante de surdos com acesso ao 3º grau</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>● conscientização dos órgãos responsáveis pela educação, dos profissionais envolvidos e da família</li> <li>● incentivo ao estudo sobre a aplicação das alternativas educacionais e seus efeitos na realidade brasileira</li> <li>● ações coordenadas quanto aos níveis de planejamento — nacional, estadual e regional — visando a eficácia do atendimento</li> <li>● melhor qualificação de 1º e 2º graus</li> </ul>                     |
| <p>14. Alternativas Educacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● necessidade de estudos quanto às metodologias usadas no ensino ao deficiente auditivo, levando-se em conta a polêmica entre os métodos e filosofia oralistas e mistos</li> <li>● preparo de profissionais dentro das diversas metodologias</li> <li>● aplicação das alternativas, conforme clientela e realidade regional</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>● pesquisar metodologias aplicadas no ensino/aprendizagem do deficiente auditivo</li> <li>● cursos de aperfeiçoamento e especialização para os profissionais da área</li> <li>● cursos de reciclagem para o preparo de professores e outros profissionais</li> <li>● projetos para implantação das metodologias, conforme cada região e clientela</li> </ul>   |
| <p>15. Outras dificuldades</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● pouco conhecimento do potencial do surdo</li> <li>● indefinição terminológica, devido à natureza do problema, "surdo", "deficiente auditivo", etc.</li> <li>● pouco acesso à comunicação e ao lazer</li> <li>● dificuldades de comunicação, em questões sociais</li> <li>● processo educacional prejudicado pela falta de conscientização das necessidades especiais do surdo</li> <li>● discriminação e poucas oportunidades de trabalho</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● programas de conscientização das necessidades dos surdos</li> <li>● filmes, vídeo e programas de televisão legendados</li> <li>● intérpretes de Linguagem Sinalizada</li> <li>● educação bilingüe, utilizando-se a língua portuguesa, a Língua de sinais dos Centros Urbanos Brasileiros — LSCB</li> <li>● oportunidades de trabalho, com adaptação e melhor aproveitamento da mão-de-obra qualificada do deficiente auditivo</li> </ul> |



**Conclusão**

Da abordagem do tema concluímos que a política educacional na modalidade Educação Especial deve promover a integração entre os diversos órgãos de saúde, trabalho, previdência, assistência e educação, prevendo programas de atendimento adequados às peculiaridades regionais brasileiras, privilegiando a descentralização.

Os estudos de campo da realidade brasileira devem fundamentar as ações que visem uma objetividade não estereotipada, o que significa vontade política e alocação de recursos.

Exige-se também que as experiências e projetos de pesquisa em Educação Especial, consagrados pelo seu teor científico, sejam registradas, documentadas e divulgadas, tornando maior o fluxo de informação e trocas entre todas as participantes do processo: família, escola e comunidade.

Mobilizar os profissionais da área para estas questões, nos parece neste momento a forma de assegurar a atualização do processo educacional, segundo técnicas modernas de ensino permitindo melhores condições para o atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais.

**Bibliografia**

- BOLETIM DO GELES nº 3. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.
- PEREIRA, Olívia et alii. *Educação Especial, atuais desafios*. Rio de Janeiro. Ed. Interamericana, 1980.
- BARROS, Cláudia Monteiro Silva Bonfim et alii. *O deficiente auditivo e o atendimento interdisciplinar*. Rio de Janeiro. PUC/INES.
- FERNANDES, Eulália. *O surdo e seu desempenho lingüístico*. Rio de Janeiro, 1984. Tese de doutorado.
- BRASIL. Programa de ação governamental — prosperidade para todos. Brasília, 1987-1991.
- CENESP. Subsídios para Organização e Funcionamento dos Serviços de Educação Especial: área da deficiência auditiva. Rio de Janeiro, FAE, 1984.
- SPINELLI, Mauro. Sugestão para consideração do Comitê Nacional. São Paulo, PUC, 1986.
- SILVA, Ana Cristina Barbosa Bonfim et alii. *O Atendimento do Deficiente Auditivo e a Equipe Multidisciplinar*. Rio de Janeiro, PUC/INES, 1988.
- NUNES, Zélia Paiva. Documento nº 09. Educação Especial como Aspecto do Ensino Regular: um Desafio — versão preliminar. Senado Federal, Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 1978.